

1. Questões Prova ALE GO – Policial Legislativo 2



1. QUESTÕES PROVA ALE GO – POLICIAL LEGISLATIVO

38. [IADES – POLICIAL LEGISLATIVO – ALE GO]

QUESTÃO 38

Nos termos da Lei nº 13.675/2018, é uma diretriz da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) a

- (A) sistematização e compartilhamento das informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas, em âmbito nacional.
- (B) ampliação das ações de prevenção, controle e fiscalização para a repressão aos crimes transfronteiriços.
- (C) promoção da produção de conhecimento sobre segurança pública.
- (D) promoção da interoperabilidade dos sistemas de segurança pública.
- (E) otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros das instituições.

Comentário:

A – Certo. Sim, são diretrizes da PNSPDS: ... VIII - sistematização e compartilhamento das informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas, em âmbito nacional (Art. 5º, VIII).

B – Errado. São **objetivos** da PNSPDS: ... VIII - incentivar e ampliar as ações de prevenção, controle e fiscalização para a repressão aos crimes transfronteiriços (Art. 6º, VIII).

C – Errado. São **princípios** da PNSPDS: ... XII - promoção da produção de conhecimento sobre segurança pública (Art. 4º, XII).

D – Errado. São **objetivos** da PNSPDS: ... VII - promover a interoperabilidade dos sistemas de segurança pública; (Art. 6º, VII).

E – Errado. São **princípios** da PNSPDS: ... XIII - otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros das instituições (Art. 4º, XIII).

Gabarito: A



39. [IADES - POLICIAL LEGISLATIVO – ALE GO]

QUESTÃO 39

De acordo com a Lei nº 13.675/2018, a respeito do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), assinale a alternativa correta.

- (A) Os guardas municipais não integram o Susp.
- (B) A Polícia Federal é o órgão central do Susp, sendo responsável pela integração das informações e dos dados de segurança pública.
- (C) As Polícias Cíveis e Militares são integrantes estratégicos do Susp para atuação na prevenção e no controle qualificado de infrações penais.
- (D) A União poderá apoiar os municípios, quando não dispuserem de condições técnicas e operacionais necessárias à implementação do Susp.
- (E) A consolidação de dados e informações estatísticas a respeito de criminalidade e vitimização é responsabilidade da Polícia Federal e dos órgãos do sistema penitenciário.

Comentário:

A – Errado. É instituído o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que tem como órgão central o Ministério Extraordinário da Segurança Pública e é integrado pelos órgãos de que trata o art. 144 da Constituição Federal, pelos agentes penitenciários, pelas **guardas municipais** e pelos demais integrantes estratégicos e operacionais, que atuarão nos limites de suas competências, de forma cooperativa, sistêmica e harmônica. § 2º São integrantes operacionais do Susp: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III – (VETADO); IV - polícias cíveis; V - polícias militares; VI - corpos de bombeiros militares; VII - **guardas municipais**; (Art. 9º, §2º, VII).

B – Errado. São integrantes **operacionais** do Susp: **I - polícia federal**. (Art. 9º, §2º, I).

C – Errado. São integrantes **operacionais** do Susp: ... **IV - polícias cíveis; V - polícias militares**; (Art. 9º, §2º, IV e V).

D – Certo. Isso, isso, isso. A União poderá apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, quando não dispuserem de condições técnicas e operacionais necessárias à implementação do Susp (Art. 15).

E – Errado. O **Ministério Extraordinário da Segurança Pública**, responsável pela gestão do Susp, deverá orientar e acompanhar as atividades dos órgãos integrados ao Sistema, além de promover as seguintes ações: ... VI - realizar estudos e pesquisas nacionais e consolidar dados e informações estatísticas sobre criminalidade e vitimização (Art. 13, VI).

Gabarito: D



40. [IADES - POLICIAL LEGISLATIVO – ALE GO]

QUESTÃO 40

Com relação aos Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social, assinale a alternativa correta.

- (A) Os mandatos eletivos dos representantes de entidades de profissionais de segurança pública terão a duração de dois anos.
- (B) A organização e os funcionamentos dos Conselhos serão regulamentados por ato dos Poderes Executivo e Judiciário.
- (C) Os Conselhos Estaduais de Segurança Pública e Defesa Social não poderão ser descentralizados ou congregados por região.
- (D) Cada conselheiro terá dois suplentes para substituição na ausência deste.
- (E) Os Conselhos serão compostos por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Defensoria Pública, da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

Comentário:

A – Certo. Os mandatos eletivos dos membros (V - representante da Defensoria Pública; e VI - representantes de entidades e organizações da sociedade cuja finalidade esteja relacionada com políticas de segurança pública e defesa social) e a designação dos demais membros terão a duração de 2 (dois) anos, permitida apenas uma recondução ou reeleição (Art. 21, V, VI e §3º).

B – Errado. A organização, o funcionamento e as demais competências dos Conselhos serão regulamentados **por ato do Poder Executivo, nos limites estabelecidos por esta Lei** (Art. 20, §6º).

C – Errado. Os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Pública e Defesa Social, que contarão também com representantes da sociedade civil organizada e de representantes dos trabalhadores, **poderão** ser descentralizados ou congregados por região para melhor atuação e intercâmbio comunitário (Art. 20, § 7º).

D – Errado. Cada conselheiro terá **1 (um) suplente, que substituirá o titular em sua ausência.** (Art. 21, § 2º).

E – Errado. Os Conselhos serão compostos por: I - representantes de cada órgão ou entidade integrante do Susp; II - representante do Poder Judiciário; III - representante do Ministério Público; IV - representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); V - representante da Defensoria Pública; VI - representantes de entidades e organizações da sociedade cuja finalidade esteja relacionada com políticas de segurança pública e defesa social; VII - representantes de entidades de profissionais de segurança pública. (Art. 21). CGU, **NÃO**.

Gabarito: A



41. [IADES - POLICIAL LEGISLATIVO – ALE GO]

QUESTÃO 41

Nos termos da Lei nº 11.473/2007, caso sejam insuficientes os convênios firmados entre a União e os entes federados para suprir a previsão do efetivo da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), as atividades de cooperação federativa poderão ser desempenhadas em caráter voluntário por

- (A) militares que tenham passado para a inatividade há menos de um ano.
- (B) reservistas que tenham servido como militares temporários das Forças Armadas e passado para a reserva há menos de dois anos.
- (C) servidores das atividades-fim dos órgãos de perícia criminal dos estados que tenham passado para a inatividade há menos de cinco anos.
- (D) servidores das atividades-fim dos órgãos de segurança pública dos municípios que tenham passado para a inatividade há menos de quatro anos.
- (E) reservistas que tenham servido como militares temporários das Forças Armadas e passado para a reserva há menos de três anos.

Comentário:

Segundo o Art. 5º, §1º, se forem insuficientes os convênios firmados entre a União e os entes federados para suprir a previsão do efetivo da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), e em face da necessidade de excepcional interesse público, as atividades previstas no caput deste artigo poderão ser desempenhadas em caráter voluntário: I - por militares e por servidores das atividades-fim dos órgãos de segurança pública e dos órgãos de perícia criminal da União, dos Estados e do Distrito Federal que tenham passado para a inatividade há menos de **cinco** anos; **II - por reservistas que tenham servido como militares temporários das Forças Armadas e passado para a reserva há menos de cinco anos, nos termos de convênio celebrado entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (Art. 5º, §1º, I).**

Vamos às alternativas:

A – Errado. “... há menos de **cinco** anos”, conforme **transcrição** acima. Inciso I

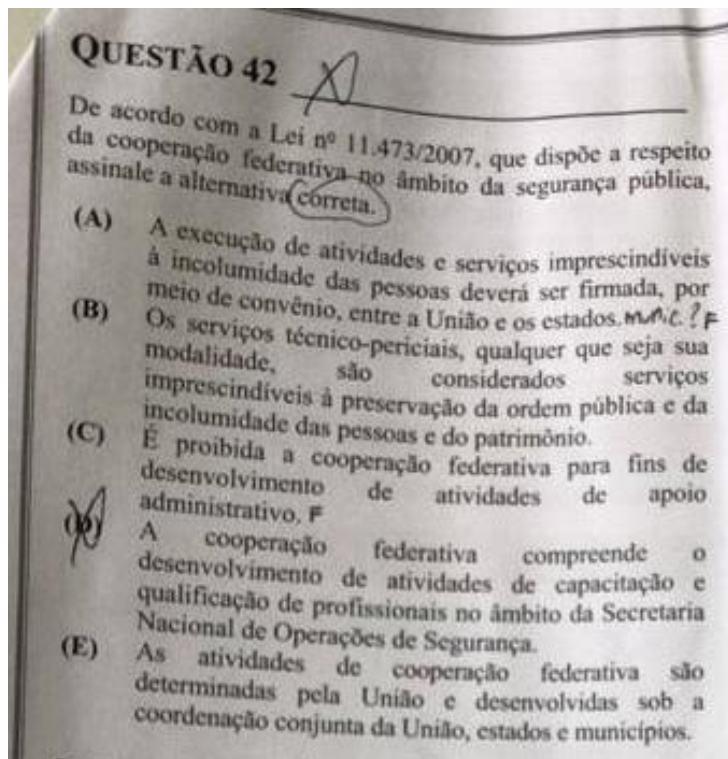
C – Certo. O acréscimo constitucional de um terço da remuneração do período de férias será pago antecipadamente ao servidor, independente de solicitação. Inciso II, conforme **transcrição** acima.

As demais estão **incorretas**. O §1º só possui dois incisos.

Gabarito: C



42. [IADES - POLICIAL LEGISLATIVO – ALE GO]



Comentário:

A – Errado. A União poderá firmar convênio com os Estados **e o Distrito Federal** para executar atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (Art. 1º).

B – Certo. Consideram-se atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, para os fins desta Lei: ... V - os serviços técnico-periciais, qualquer que seja sua modalidade (Art. 3º, caput).

C – Errado. A cooperação federativa no âmbito do Ministério da Segurança Pública **também ocorrerá para fins de desenvolvimento de atividades de apoio administrativo e de projetos na área de segurança pública.** (Art. 3º, §2º).

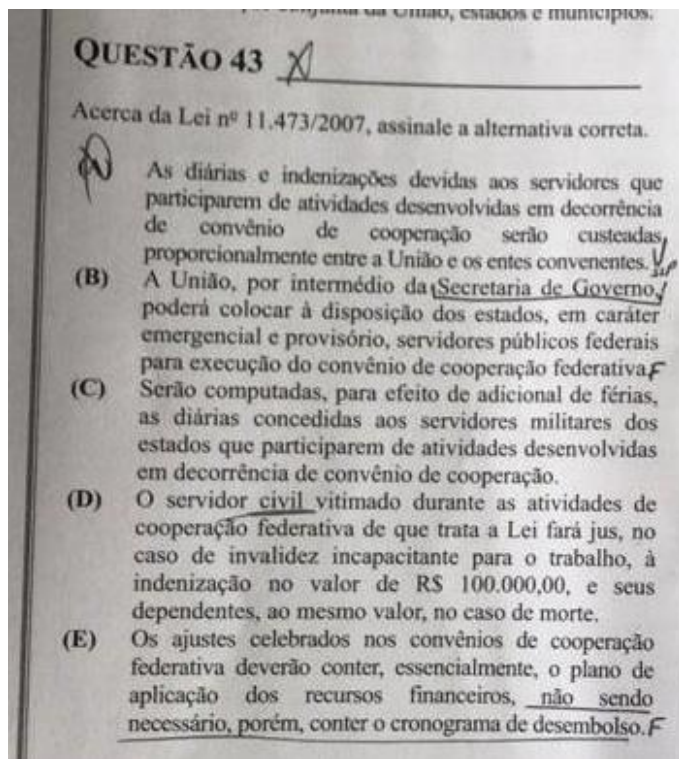
D – Errado. A cooperação federativa de que trata o art. 1º, para fins do disposto nesta Lei, compreende operações conjuntas, transferências de recursos e desenvolvimento de atividades de capacitação e qualificação de profissionais, no âmbito **do Ministério da Justiça e Segurança Pública.** (Art. 2º, caput).

E – Errado. As atividades de cooperação federativa têm caráter consensual e serão desenvolvidas sob a coordenação conjunta da União e do Ente conveniente (Art. 2º, § único).

Gabarito: B



43. [IADES - POLICIAL LEGISLATIVO – ALE GO]



Comentário:

A – Errado. As despesas com a convocação e com a manutenção dos reservistas a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo serão custeadas com dotações orçamentárias **do Ministério da Justiça e Segurança Pública, nos termos do convênio estabelecido com o Ministério da Defesa**, no período em que integrarem os quadros da Força Nacional de Segurança Pública. (Art. 6º, §14).

B – Errado. A União, por intermédio **do Ministério da Justiça**, poderá colocar à disposição dos Estados e do Distrito Federal, em caráter emergencial e provisório, servidores públicos federais, ocupantes de cargos congêneres e de formação técnica compatível, para execução do convênio de cooperação federativa de que trata esta Lei, sem ônus. (Art. 4º, § único).

C – Errado. A diária de que trata o caput deste artigo será concedida aos servidores enquanto mobilizados no âmbito do programa da Força Nacional de Segurança Pública em razão de deslocamento da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional e **não** será computada para efeito de adicional de férias e do 13º (décimo terceiro) salário, nem integrará os salários, remunerações, subsídios, proventos ou pensões, inclusive alimentícias. (Art. 6º, §1º).

D – Certo. Isso! O servidor civil ou militar vitimado durante as atividades de cooperação federativa de que trata esta Lei, bem como o Policial Federal, o Policial Rodoviário Federal, o Policial Civil e o Policial Militar, em ação operacional conjunta com a Força Nacional de Segurança Pública, farão jus, no caso de invalidez incapacitante para o trabalho, à indenização no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e seus dependentes, ao mesmo valor, no caso de morte (Art. 7º).



E – Errado. Os ajustes celebrados na forma do art. 1º desta Lei deverão conter, essencialmente: I - identificação do objeto; II - identificação de metas; III - definição das etapas ou fases de execução; IV - plano de aplicação dos recursos financeiros; **V - cronograma de desembolso**; VI - previsão de início e fim da execução do objeto; e VII - especificação do aporte de recursos, quando for o caso (Art. 4º).

Gabarito: D

Espero ter ajudado!

Que Deus te abençoe em sua prova e em seus sonhos e projetos!

Prof. Marcos Girão

